



GUIA PRÁTICO DE

**INCIDÊNCIA EM
POLÍTICAS PÚBLICAS**



**MANDATA
ATIVISTA**



GUIA PRÁTICO DE

INCIDÊNCIA EM

POLÍTICAS PÚBLICAS

FERRAMENTAS DISPONÍVEIS A PARLAMENTARES PARA APOIAR ORGANIZAÇÕES, MOVIMENTOS E COLETIVOS

Este guia apresenta as ferramentas que parlamentares têm ao seu alcance para acolher e apoiar demandas de ativistas, organizações, movimentos e coletivos da sociedade civil.

É um mapa para facilitar a construção de estratégias de incidência, e aproximar o poder legislativo de todos que querem construir políticas públicas melhores no estado.

O conteúdo apresentado aqui é baseado na realidade da Assembleia Legislativa de SP. A grande maioria desse conteúdo também vale para Assembleias Legislativas de outros estados (onde ficam os Deputados Estaduais), para Câmaras Municipais (onde ficam os Vereadores) e para o Congresso (onde ficam os Deputados Federais e Senadores) - mas cada casa legislativa tem suas próprias regras, e as diferenças podem ser significativas.

O **mandato coletivo da Bancada Ativista** está sempre à disposição para contribuir de todas as formas que puder. Depois de ler o guia, marca uma conversa com a gente, estamos aqui justamente para fortalecer ativismos na sociedade!



PROJETOS DE LEI E OUTRAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

O que é

A primeira função de um parlamentar é legislar. Isso quer dizer que mandatos têm entre suas principais responsabilidades criar, analisar, debater, modificar e votar pela aprovação ou rejeição de projetos de lei e outras proposições legislativas.



Como você pode usar

Sua organização, movimento ou coletivo pode pedir a ajuda do nosso mandato, e de qualquer outro mandato, para criar ou atuar sobre a tramitação de projetos e proposições.



Exemplo prático

Em diálogo com povos indígenas construímos o Projeto de Lei 503/2019, que institui a Política Pública Estadual de Educação Básica dos Povos Indígenas, e em diálogo com movimentos LGBTQIA+ construímos o Projeto de Lei 129/2019, que trata da reserva de vagas para travestis e transexuais em empresas que recebem incentivos fiscais do Estado.



Explicando em detalhes

Aqui estão os principais tipos de projetos que podem ser protocolados por parlamentares:

- **Projeto de Lei Ordinária (PL):** Cria leis tradicionais. Para além de leis ordinárias gerais, há alguns tipos específicos, como por exemplo:
 - **Projeto de Lei para Denominação:** Visa especificamente atribuir um nome a determinado bem (ex.: prédio, rodovia) ou instituição pública (ex.: autarquia, fundação pública)
 - **Projeto de Lei para Declaração de Utilidade Pública:** Visa permitir a determinada ONG ser tratada de forma diferenciada em suas relações com o Poder Público estadual, podendo candidatar-se ao acesso a verbas, programas e projetos governamentais
 - **Projeto de Lei de Inclusão de Evento no Calendário Turístico**
 - **Projeto de Lei de Instituição de Data Comemorativa**
- **Projeto de Emenda à Constituição (PEC):** Altera a Constituição Estadual de São Paulo
- **Projeto de Lei Complementar (PLC):** Completa, preenche, desdobra ou explicita determinações da Constituição Estadual de São Paulo
- **Projeto de Decreto Legislativo (PDL):** Regula questões de competência do Poder Legislativo que envolvem interferência ou questionamento sobre outros poderes (ex.: suspender atos do Poder Executivo que excedam seu poder regulamentar, como um decreto assinado pelo governador que seja inconstitucional)

- **Projeto de Resolução (PR):** Regula o funcionamento interno da Assembleia Legislativa (ex: alterar o regimento)

Além de apresentar seus próprios projetos, parlamentares também podem sugerir alterações em projetos de outros por meio de emendas. Elas podem ser parciais (adicionando, removendo ou alterando artigos específicos) ou integrais (propondo um texto inteiro novo sobre o mesmo assunto). Abaixo estão apresentados os tipos de emendas existentes:

- **Emenda convencional:** Pode ser apresentada por qualquer parlamentar no prazo de 3 a 5 dias de sessão imediatamente após um projeto ser protocolado, ou por relatores responsáveis por avaliar o texto quando um projeto circula em Comissões (apresentadas em detalhes abaixo) antes de ir para plenária.
- **Emenda de Plenária:** Precisa ser submetida após o projeto passar pelas Comissões e logo antes de entrar em tempo de debate na plenária (todos os projetos passam por 6h a 12h de debate antes de serem votados), com assinatura de apoio de pelo menos 19 parlamentares - quando submetida, uma emenda de plenária leva o projeto a voltar para as Comissões e ser avaliado nelas novamente.
- **Emenda Aglutinativa:** Precisa ser submetida logo antes do projeto ir a votação na plenária, com assinatura de apoio de pelo menos 67 parlamentares - e é votada logo em seguida.

Todos os projetos de lei e outras proposições legislativas em tramitação podem ser encontrados no site da Assembleia Legislativa de SP.



REQUERIMENTOS

O que é

Deputados Estaduais têm meios exclusivos para requisitar informações e prestações de conta, por escrito ou presenciais, a qualquer autoridade ou órgão público estadual.



Como você pode usar

Sua organização, movimento ou coletivo pode entrar em contato com qualquer mandato para que seja feito um requerimento de informação ou convocação de autoridade para prestar explicações. Isso é útil para embasar ou questionar projetos de lei, fiscalizar a atuação do Governo do Estado, e pressionar o poder público a agir sobre determinado assunto.

Exemplo prático

Alguns estudantes da Universidade Federal do ABC nos escreveram porque uma linha de transporte intermunicipal muito utilizada por eles deixou de existir sem nenhuma explicação. Nos pediram para fazer um requerimento de informação ao Governo do Estado perguntando o que aconteceu com essa linha, para a partir disso demandar sua retomada.

Explicando em detalhes

As duas principais ferramentas aqui são:

- ***Requerimento de Informação:*** Demanda informações e esclarecimentos a membros do governo e de órgãos públicos estaduais, com prazo de 30 dias para resposta prorrogáveis por mais 30 dias. Na prática, muitas vezes demora mais tempo - mas com exceção do Governador e do Presidente do Tribunal de Justiça, todas as outras autoridades (ex.: Secretários) incorrem em crime de responsabilidade se perderem o prazo. Uma alternativa ao Requerimento de Informação é o uso da Lei de Acesso à Informação, ao alcance de qualquer cidadão para qualquer nível de governo, que também oferece caminhos para acionar a Justiça caso uma resposta não chegue.
- ***Requerimento de Convocação de Autoridade:*** Convoca membros do governo ou de órgãos públicos a apresentar pessoalmente informações sobre assuntos determinados. Se for protocolado por apenas um mandato, não precisa necessariamente ser atendido pela autoridade convocada, mas se vier aprovado por alguma comissão parlamentar (o que exige apoio da maioria dos membros) torna-se obrigatório.



COMISSÕES E FRENTES PARLAMENTARES

O que é

Comissões e Frentes Parlamentares são os dois principais espaços para parlamentares debaterem assuntos legislativos e outros temas relevantes para a sociedade, e abrem boas oportunidades de incidência como: analisar projetos de lei, realizar audiências públicas e fiscalizar temas específicos.



Como você pode usar

É possível dialogar com deputados que integram as Comissões de temas de seu interesse para pegar informações sobre projetos de lei em tramitação, incidir sobre esses projetos de lei, promover audiências públicas, e eventualmente até participar como especialista em reuniões. Também

dá para pedir a ajuda de Frentes Parlamentares na realização de debates, eventos e coordenação de esforços entre mandatos.



Exemplo prático

Somos membros da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, onde analisamos e apresentamos nosso parecer a todos os Projetos de Lei relacionados ao assunto que tramitam na assembleia, frequentemente consultando ou recebendo pedidos de ajuda de ativistas. Além disso, a partir das demandas de movimentos, e em parceria com o mandato da Erica Malunguinho, construímos a Frente Parlamentar pelos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, que pauta os mandatos sobre como atuar nesta agenda nas discussões parlamentares que impactam a causa.



Explicando em detalhes

As principais formas de usar Comissões e Frentes Parlamentares no apoio a causas estão apresentadas abaixo:

- ***Participação em Comissões Permanentes:*** Comissões Permanentes são órgãos temáticos compostos por grupos de onze ou treze parlamentares com mandatos de dois anos, e têm as responsabilidades de: discutir e analisar projetos de lei, emendas e outras proposições antes da votação em plenário; convidar ou convocar autoridades para prestar esclarecimentos; e realizar audiências públicas. Há, por exemplo, as Comissões de Saúde, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e de Educação e Cultura. Cada parlamentar participa de um número pequeno de Comissões Permanentes, e isso lhes abre a oportunidade de incidir mais profundamente em assuntos relacionados a elas - muitas vezes informados por organizações e movimentos da sociedade civil. Também existe a possibilidade de presidentes de comissões convidarem especialistas para fazer falas formais a pedido de algum dos membros.
- ***Abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI):*** CPIs são espaços de fiscalização para apurar temas ou fatos específicos, com duração de 120 dias prorrogáveis por mais 60 dias. Podem realizar audiências públicas, convocar autoridades e cidadãos para prestarem depoimento, solicitar documentos e fazer vistorias. Investigam e propõem soluções em seu

relatório final, podendo encaminhar conclusões ao Poder Executivo, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Precisam das assinaturas de pelo menos 32 parlamentares para serem abertas, e são abertas por ordem de inscrição com no máximo 5 operando em paralelo - desde o primeiro dia de mandato já existe uma fila, então geralmente não é algo que se abre com facilidade ou agilidade. Existe a possibilidade de abrir CPIs adicionais a esse limite, mas isso exige pedido assinado por pelo menos 32 parlamentares e aprovado por maioria absoluta em plenária da assembleia.

- ***Abertura de Comissão Especial:*** Comissões Especiais são criadas para análise de assuntos não previstos dentre os de competência das Comissões Permanentes, com duração de 120 dias prorrogáveis por mais 60 dias. Assim como as Comissões Permanentes, têm a responsabilidade de emitir pareceres formais sobre projetos de lei e outras proposições legislativas em tramitação. Precisam das assinaturas de pelo menos 32 parlamentares para serem abertas, com no máximo 2 operando em paralelo.
- ***Abertura de Frente Parlamentar ou atuação qualificada em frentes já existentes:*** Frentes Parlamentares são associações suprapartidárias de deputados para promover, em conjunto com representantes da sociedade civil e de órgãos públicos, a discussão e o aprimoramento de leis e políticas públicas relacionadas a um determinado tema ou setor. Não têm nenhuma atribuição parlamentar formal, e funcionam muito mais como espaço para realização de debates, eventos e coordenação de esforços. Precisam das assinaturas de apoio de pelo menos 20 parlamentares representando 1/5 do total de partidos da assembleia para serem abertas, e cada mandato pode participar de no máximo 8 como membro - sendo até 3 dessas como coordenador. Na prática, dezenas de Frentes Parlamentares são abertas mas infelizmente poucas de fato têm atividades regulares ou desempenham um papel significativo enquanto espaço de debate e construção coletiva.



REALIZAÇÃO DE REUNIÕES, EVENTOS E VISITAS

O que é

Mandatos têm a possibilidade de promover reuniões com autoridades, eventos dentro e fora de espaços do governo, e visitas a equipamentos públicos. Isso pode facilitar o acesso de organizações, movimentos e coletivos da sociedade civil a quem toma decisões sobre políticas públicas e a atores influentes em geral



Como você pode usar

Você pode acionar um mandato para pedir ajuda no agendamento de reunião com algum secretário, para fazer visita de fiscalização a escolas, hospitais, presídios ou qualquer equipamento público, e para organizar audiências públicas ou outros eventos.

Exemplo prático

A partir das demandas de movimentos e organizações sociais, criamos um curso sobre Emendas Parlamentares em parceria com Instituto do Legislativo Paulista (ILP), órgão educacional da Assembleia Legislativa, para explicar em detalhes como funciona essa importante fonte de recursos que deputados podem destinar a entidades da sociedade civil.

Explicando em detalhes

As formas de apoio que mandatos podem dar aqui são as seguintes:

- ***Reuniões com autoridades:*** Parlamentares podem solicitar reuniões com secretários, prefeitos, deputados e outros membros do governo (sem garantias de que o pedido será atendido), ajudando organizações e movimentos a construir canais de contato com as instituições
- ***Audiências públicas:*** Parlamentares podem promover audiências públicas formais por meio das Comissões das quais são membros caso a ideia seja aprovada pelos membros, e também audiências organizadas apenas por um mandato ou por alguns mandatos parceiros
- ***Visitas a equipamentos públicos:*** Parlamentares podem organizar visitas oficiais a equipamentos públicos como escolas, hospitais, estações de tratamento de água, empresas públicas e diversos outros, para coletar informações e conduzir atividades de fiscalização
- ***Cursos no Instituto do Legislativo Paulista (ILP):*** O ILP é um órgão da Assembleia Legislativa de SP responsável por oferecer cursos abertos e gratuitos a todos os cidadãos, e existe a possibilidade de parlamentares sugerirem e organizarem cursos - contando com boa estrutura para sua realização
- ***Eventos independentes:*** Parlamentares podem promover, apoiar e participar de eventos dos mais diversos tipos, por todo o território do Estado



MEDIDAS DE MANIFESTAÇÃO DE OPINIÃO PARLAMENTAR

O que é

Existem dois tipos de documentos que podem ser redigidos e assinados por parlamentares para manifestar oficialmente sua opinião - as indicações e as moções.



Como você pode usar

Indicações e moções são basicamente a forma oficial de deputados ou da ALESP como um todo “darem um recado”, e podem ser produzidas em parceria com organizações, movimentos e coletivos. O efeito é simbólico, mas pode ser útil para chamar a atenção para algum assunto.



Exemplo prático

A partir do pedido de uma ativista da pauta, fizemos uma Indicação ao Governo do Estado sobre o atendimento a crianças com transtorno de espectro autista, que pedia providências para garantir a continuidade de atendimento realizado no CAISM Philippe Pinel.



Explicando em detalhes

Seguem abaixo mais informações sobre essas duas ferramentas:

- **Indicação:** Proposição pela qual são sugeridas (apenas sugeridas) ao poder Executivo estadual ou federal medidas de interesse público que não caibam em projeto da Assembleia Legislativa. Não precisa ser aprovada pelo plenário, podendo ser de autoria de um único parlamentar ou grupo de parlamentares
- **Moção:** Manifesta a opinião coletiva da Assembleia Legislativa sobre determinado assunto de interesse público, e precisa ser aprovada em plenário



APOIO JURÍDICO

O que é

Todo parlamentar tem ao seu alcance algumas ferramentas jurídicas específicas, e muitos também contam com advogados em suas equipes ou partidos.



Como você pode usar

Sua organização, movimento ou coletivo pode pedir a ajuda de advogados de mandatos para elaboração de estratégias jurídicas de incidência em políticas públicas, e para construção de pontes com atores como o Ministério Público e a Defensoria Pública.



Exemplo prático

Em agosto houve um grande corte nos ônibus escolares no estado de São Paulo. A partir da demanda de gente atingida diretamente pela mudança, ajudamos na construção de uma Ação Popular assinada por diversos cidadãos que processaram o Estado pelo corte.



Explicando em detalhes

Mandatos podem somar forças com organizações, movimentos e coletivos na frente jurídica de duas principais formas:

- ***Mobilização de apoio jurídico:*** Ajudar a conectar organizações, movimentos e coletivos com advogados, membros de órgãos como o Ministério Público e a Defensoria Pública, ou outros atores do mundo jurídico relevantes para as causas que defendem
- ***Uso de medidas judiciais:*** Fazer uso de diversas medidas judiciais (ex.: mandado de segurança, ação direta de inconstitucionalidade, representação ao Ministério Público) para lidar com iniciativas e atividades problemáticas de atores públicos ou privados, e também apoiar medidas judiciais movidas por outros atores



APOIO FINANCEIRO

O que é

O único meio institucional com que Deputados Estaduais contam para destinação de recursos financeiros à sociedade civil são as Indicações Parlamentares ao Orçamento, popularmente conhecidas como Emendas Parlamentares. Cada mandato na Assembleia Legislativa de SP tem cerca de R\$5 milhões que podem ser destinados anualmente, sendo que metade desse valor deve ir para atividades relacionadas a saúde.



Como você pode usar

Parlamentares são livres para definir a quem destinarão suas emendas, respeitando uma série de exigências burocráticas que vão do tempo de existência das organizações beneficiadas a certidões e planos de trabalho detalhados. O melhor caminho é bater nas portas dos gabinetes e pedir uma conversa sobre o assunto.



Exemplo prático

Para o orçamento de 2020, codeputadas do nosso mandato destinarão recursos a diversas entidades que atuam nas suas pautas, de associações comunitárias a fundações.



Explicando em detalhes

As Emendas Parlamentares formam parte do orçamento do Governo do Estado, e por isso são apresentadas no final de cada ano junto com a elaboração e aprovação do orçamento do governo para o ano seguinte. Apesar de indicadas por parlamentares, são executadas como convênios firmados entre o Governo do Estado (por meio das suas Secretarias) e as entidades que receberão os recursos.

Infelizmente as exigências burocráticas são grandes, e por conta disso muitas organizações, movimentos e coletivos não são elegíveis para receber emendas devido à documentação solicitada. Pretendemos lançar um guia prático exclusivo para esse tema em breve, apresentando todo o caminho das pedras.



ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

O que é

Parlamentares normalmente contam com bastante visibilidade e capacidade de engajamento nas redes, na mídia e/ou nos territórios que os elegeram - e podem colocar isso ao serviço de causas que defendem e que também são promovidas por organizações, movimentos e coletivos parceiros



Como você pode usar

Você pode solicitar o apoio público de mandatos para uma pauta relevante, e inclusive articular o apoio de diversos mandatos juntos. Para isso, vale mapear com antecedência os temas de atuação prioritária dos mandatos a quem pensa em pedir ajuda, e também colocar no papel algumas oportunidades concretas de atuação conjunta.

Exemplo prático

Quando começou a circular na Assembleia Legislativa de SP um projeto de lei incentivando parto por cesariana, somamos forças com movimentos que atuam nos temas de saúde da mulher e violência obstétrica para mobilizar centenas de ativistas, mães e cidadãs que pressionaram parlamentares e o poder Executivo contra o projeto. Junto a isso, também atraímos grande atenção ao assunto na mídia e nas redes. Isso atrasou em meses a tramitação do projeto e levou a modificações significativas no texto, apesar de acabar sendo aprovado.

Explicando em detalhes

Parlamentares podem apoiar causas de diversas formas via atividades de comunicação e mobilização:

- *Divulgação de conteúdo em redes sociais:* Parlamentares podem alavancar esforços de comunicação de organizações, movimentos e coletivos divulgando em suas redes
- *Campanhas e atividades de engajamento e mobilização:* Para assuntos de maior relevância e em que um mandato legislativo possa ter maior incidência direta, é possível construir campanhas e atividades de engajamento e mobilização mais ambiciosas, com estratégia detalhada e planejamento de médio a longo prazo. Campanhas podem envolver diversas atividades já mencionadas acima, como eventos dentro e fora da Assembleia Legislativa, reuniões com autoridades, atividades em cidades de todo o estado, etc
- *Participação em programas da TV ALESP:* A emissora de TV da Assembleia Legislativa tem grande abertura para propostas de conteúdo relacionadas a temas em discussão na casa, e é possível abrir espaço para organizações, movimentos e coletivos parceiros - todo o conteúdo depois fica disponível online
- *Exposições de arte no espaço da ALESP:* A Assembleia Legislativa tem espaços para exposições que podem ser sugeridas por parlamentares

MANDATA ATIVISTA

Aqui no **mandato coletivo da Bancada Ativista** estamos de portas abertas para apoiar ativistas, organizações, movimentos e coletivos da sociedade civil em suas causas. Escreva ou telefone pro nosso gabinete:



(11) 99450 2853



MANDATA.ATIVISTA@AL.SP.GOV.BR

(11) 3886 6639

   | **@bancadaativista**

MANDATA ATIVISTA

